

Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade

Richard Miskolci¹

Resumo: Neste artigo, discuto as transformações históricas que têm contribuído para a consolidação de uma era digital assim como as iniciativas de pesquisa que buscam compreender o contexto sociotécnico no qual vivemos. Argumento que a proposta de uma sociologia digital não envolveria apenas repensar metodologias, antes uma agenda de pesquisa ampla e uma reflexão teórico-conceitual sobre os usos contemporâneos das mídias digitais. A era digital não se caracteriza apenas por rupturas e novidades, mas também por continuidades e aprofundamentos de fenômenos previamente abordados pela sociologia, como a exposição midiática e a influência da comunicação e seus conteúdos na cultura contemporânea.

Palavras-chave: sociologia digital; usos das mídias digitais; relações sociais mediadas em rede.

Digital Sociology: notes on research in the era of network communication

Abstract: *In this paper, I discuss the historical changes that have contributed to the consolidation of a digital era as well the research initiatives that try to understand the sociotechnical context in which we live in. My main argument is that the project of a digital sociology should not just be based on rethinking methodologies,*

¹ Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Pesquisador do CNPq – São Carlos – Brasil – ufscar7@gmail.com.

but especially a new broad research agenda and proper theoretical and conceptual tools to comprehend the contemporary uses of digital media. The digital era is not just defined by ruptures and novelties, but also by continuities and the deepening of social phenomena previously studied by sociology like the mediatic exposure and the influence of communication and its contents in contemporary culture.

Keywords: *digital sociology; uses of digital media; networked mediated social relations.*

Em uma manhã de 2016, um sociólogo acorda com o despertador de seu *smartphone*. Ao desligá-lo, se depara com as atualizações na tela do equipamento. Durante a rotina matinal, começa a ouvir os sons da chegada de e-mails e mensagens instantâneas até que se senta diante do computador portátil e o liga, dando início a um novo dia de trabalho. Ao abrir o navegador para responder e-mails, também abre, na aba de trás, uma rede social que usa para divulgar pesquisas de sua área. Divide sua atenção entre os correios eletrônicos, as mensagens no *smartphone*, as da rede social, assim como lê notícias nos *sites* dos principais jornais.

Cumprida a primeira tarefa do dia, a de responder as mensagens de trabalho, volta-se para um artigo ao qual se dedica há algumas semanas. Precisa de fontes que busca *online*, acessa e lê em periódicos disponíveis em portais científicos até que sua agenda eletrônica o avisa – pelo *smartphone* integrado ao computador – que tem uma reunião dentro de uma hora. Começa a se preparar enquanto recebe mensagens de texto de uma colega de trabalho atualizando-o sobre a pauta. A reunião é por videoconferência e versa sobre um projeto que integra uma rede de pesquisa espalhada pelo país e com colaboradores no exterior. O dia e horário fora programado por causa do fuso distinto em que cada um se encontra. Na reunião, trocam apresentações, arquivos e consolidam um projeto conjunto.

Tal descrição de algumas horas no cotidiano de um/a pesquisador/a em nossos dias mostra algo que já se tornou trivial: nossa prática profissional é inseparável do uso das tecnologias comunicacionais. Desde 1995, quando a Internet passou a ser disseminada comercialmente, começamos a adentrar – em diferentes velocidades e intensidades – em uma realidade social em que as relações mediadas por plataformas comunicacionais em rede ganham centralidade na vida de um número cada vez maior de pessoas mundo afora. Na perspectiva de Manuel Castells (2011), entramos definitivamente na sociedade em rede, a era em que vivemos sob a hegemonia das tecnologias da informação e comunicação

(TICs): o conjunto convergente da microeletrônica, computação (*hardware* e *software*), telecomunicações e optoeletrônica.

Vivemos a consolidação de transformações tecnológicas e sociais articuladas e que não podem mais ser compreendidas em separado, assim como suas consequências econômicas e políticas. Alguns compreendem sociologia digital como uma área emergente da disciplina com objeto próprio de investigação, outros – mais preocupados com aspectos metodológicos – podem defini-la como a possibilidade de dar conta da intensidade de relações sociais mediatizadas pelas tecnologias (*big data*²) e há também quem reconheça nela o potencial para criação de um conjunto teórico e conceitual articulado e transversal que virá a modificar a disciplina como um todo. Qualquer que seja a definição de sociologia digital, refletir sobre seu potencial é um exercício necessário para compreender nosso passado recente e, sobretudo, nosso presente.

Neste artigo, partirei de uma breve reconstituição histórica da criação e disseminação das tecnologias comunicacionais em rede para adentrar na discussão sobre como começamos a viver em uma sociedade digital. Vemos a consolidação de um processo sociotécnico em que as relações sociais passam a ser crescentemente criadas, mantidas ou aprofundadas por meio do uso de equipamentos para comunicação em rede. Em outras palavras, na sociedade digital passamos a viver em um contínuo *on-offline*, no qual – conectados em rede por meio de plataformas – consumimos, mas também criamos e compartilhamos conteúdos.

Por fim, adentrarei no debate recente sobre uma sociologia digital. Argumentarei que vivemos a consolidação de um processo confluyente de transformações tecnológicas e sociocomunicacionais que abrem não apenas um novo campo investigativo para a sociologia ou a necessidade de atualizar suas metodologias. A sociedade digital convida a sociologia a rearticular suas teorias e conceitos sobre o social, os quais passam a ser repensados a partir de um contexto em que as relações passam a ser cada vez mais mediadas e moldadas pela exposição intensificada às mídias.

As Tecnologias Comunicacionais em Rede

As tecnologias atuais foram desenvolvidas, em sua grande maioria, a partir dos estímulos estatais durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, após seu fim, durante o auge da chamada Guerra Fria, o período em que Estados

2 Essa vertente metodológica de compreensão do que seria Sociologia Digital – e que poderia ser melhor caracterizada como pesquisa social digital (*digital social research*) – tende a priorizar o rastreamento digital de comportamentos questionando a necessidade de entrevistas ou até mesmo a morte dos *surveys*.

Unidos e União Soviética disputavam liderança política em termos globais. Em outros termos, são – desde a origem – tecnologias impulsionadas pelo Estado a partir de objetivos bélicos, além de disputas políticas e estratégicas³.

Ainda que, teoricamente, um artigo de Alan Turing⁴ da década de 1930 já estabelecesse as condições para a criação do que hoje compreendemos como computador, foi apenas durante e logo após a guerra que surgiram os primeiros em três dos protagonistas do conflito bélico: o Z-3 na Alemanha (1941), o Colossus no Reino Unido (1943) e, nos Estados Unidos, o primeiro foi o ENIAC (1946). Conta-se que o computador americano usava tanta energia que as luzes de Filadélfia piscaram quando foi ligado pela primeira vez. Eram máquinas enormes, caras e de difícil manuseio, mas que não demoraram a ganhar versões para uso civil, como o UNIVACI (1951), o primeiro computador a processar o censo norte-americano.

O componente que permitiria o desenvolvimento da tecnologia computacional foi o transistor, inventado em Nova Jersey em 1947, o qual seria posteriormente miniaturizado pela *Texas Instruments* a ponto de caberem muitos em um único chip de silício em 1954. A disputa espacial entre Estados Unidos e União Soviética impulsionaria a miniaturização eletrônica levando também à queda dos preços. O primeiro computador eletrônico produzido industrialmente foi o EES-1, criado pela Bell, em 1969, uma subdivisão da empresa de telefonia AT&T. Um marco que evidencia o vínculo hoje indissociável entre o telefone e a computação, além de começar a tornar o setor privado um ator mais importante no desenvolvimento e, posteriormente, disseminação dessas tecnologias.

De qualquer forma, ainda foi uma iniciativa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos por meio de sua agência ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada) que lançou a ARPANET em setembro de 1969, uma rede de comunicação que inicialmente conectava a Universidade da Califórnia em Los Angeles com a de Santa Barbara, Stanford na região de San Francisco e uma

3 Baseio essa reconstituição histórica em Castells (2011), Athique (2013), Martino (2015) e Nicolaci-da-Costa (2002). A análise de Castells confere maior protagonismo aos empreendedores do Vale do Silício enquanto a de Athique sublinha a centralidade dos investimentos estatais para o desenvolvimento da era digital.

4 Turing seria reconhecido por ter inventado o computador e quebrado os códigos dos nazistas contribuindo para a vitória dos aliados na II Grande Guerra, mas foi condenado por homossexualismo, castrado quimicamente e terminou por se suicidar em 1954. Apenas no fim de 2013 recebeu o perdão real. No ano seguinte, seria lançado o filme *The Imitation Game*, drama norte-americano sobre a história da quebra dos códigos nazistas por Turing e sua equipe durante a II Guerra Mundial. Sucesso de público e crítica, a película – dirigida por Morten Tyldun e escrita por Graham Moore – baseou-se na biografia de Andrew Hodges *Alan Turing: the Enigma*. Dentre as biografias de Alan Turing disponíveis, destaco a de David Leavitt intitulada *The man who knew too much: Alan Turing and the invention of the computer* (2006).

universidade de Utah. Ainda durante a Guerra Fria, o objetivo era criar um sistema de comunicação que não fosse vulnerável a ataques nucleares.

É na década de 1970 que empreendedores começam a entrar nessa história, o que exige contrabalancear as narrativas, como a do mencionado Castells, que os enaltecem como responsáveis pela revolução tecnológica reatualizando o mito do *self-made man* do capitalismo norte-americano. O culto recente à figura de Steve Jobs, fundador da Apple morto em 2011 com apenas 56 anos, reforçou essa mitologia alçando-o a ícone de uma geração que filmes e documentários tentam apresentar como a mistura bem sucedida entre *hippie* e homem de negócios. Assim, os antagonismos entre os ideais da contracultura e os do mercado são apagados em uma síntese que mereceria ser questionada por estudos que associassem a reconstituição histórica e a análise crítica sobre a primeira geração de empreendedores do Vale do Silício⁵.

Iniciativas privadas e feitas por empreendedores tecnológicos na década de 1970 se assentaram na base previamente construída pelo Estado. Foram menos invenção do que inovação, ou seja, menos descobertas e mais a criação e comercialização de equipamentos e programas capazes de disseminar o uso da tecnologia pela população. É nesse caminho que a Intel inventou o microprocessador, em 1971, e em 1975 surgiu o protótipo do que posteriormente seria o MacIntosh, mas que ainda funcionava com a linguagem Basic até que, em 1981, a IBM lançou o *Personal Computer* (PC), cuja característica de ser montado com base em equipamentos e peças disponíveis no mercado geraria uma espécie de clonagem que o disseminaria anos mais tarde.

Os *softwares* para computadores pessoais surgem em 1984, ou seja, o sistema operacional do primeiro MacIntosh que teria seu uso facilitado pelo uso dos ícones inventados pela XEROX e a primeira versão do Windows da Microsoft. De qualquer forma, os computadores pessoais e seus *softwares* eram ainda caros e pouco disseminados, mesmo porque o que popularizaria seu uso, a possibilidade de conexão, avançava mais vagarosamente. Apenas em 1983 a ARPANET se divide em uma para uso militar (MILNET) e outra (ARPA-Internet), ainda sob sustentação militar, mas operada pela *National Science Foundation*. Portanto, o

5 Nessa direção crítica, Van Dijck (2016: 32) problematiza o vocabulário das plataformas conectivas atuais sublinhando a diferença entre os termos comunidade, amigo ou colaboração em suas versões automatizadas e comerciais *online*. A pesquisadora holandesa resgata o uso do comunitarismo da contracultura pela indústria de computadores desde a década de 1980, interpretando-a como a utopia de que seria possível criar um novo espaço público fora do corporativo. Tal utopia adquiriria nova “embalagem” depois da virada do milênio em que a reconfiguração da Internet em um ecossistema de plataformas conectivas “mais socializadoras” seria chamada de Web 2.0 enfatizando supostas características como interatividade e participação.

protótipo da Internet comercial permanecia restrito às universidades e seu uso ainda era feito em equipamentos relativamente caros e com interfaces que apenas esboçavam uma simplificação para o usuário comum.

Na década de 1990 ocorrem mudanças fundamentais para que a nascente Internet se tornasse funcional. Logo no início da década, a partir da criação do *www* a partir da cultura dos *hackers*, Tim Berners-Lee efetiva a tecnologia do hipertexto idealizada na década de 1970. A linguagem de marcação de hipertexto (*hypertext mark-up language* ou HTML), o protocolo de troca de arquivos HTTP e o padrão de endereços, o URL (*Uniform Resource Locator*) lançam as bases para que, por meio de navegadores criados a partir de 1992 fosse mais simples e dinâmico navegar. Em 1994 era lançado o mais popular por muitos anos, o Netscape.

Em maio de 1995, a Internet é privatizada nos Estados Unidos e rapidamente se expande para outros países, o que só foi possível por duas razões articuladas: na mesma época se consolidara uma indústria de componentes eletrônicos em países como Taiwan, Coréia e China com preços competitivos em nível global, barateando a montagem de clones do PC mundo afora, e mudanças políticas em muitos países levaram à privatização das telecomunicações expandindo o acesso a linhas telefônicas em locais como o Brasil, onde elas eram raras e caras.

Assim, o acesso a computadores de mesa e sua conexão por via telefônica começaram a disseminação das relações em rede pela sociedade. Inicialmente, os equipamentos não eram acessíveis à maior parte da população e o acesso era caro. Era necessário ter um computador, pagar um provedor de internet e a conexão telefônica. Além disso, a velocidade era muito lenta para os padrões atuais, pois a conexão era feita predominantemente por linhas analógicas. O conteúdo, assim como a interface, também eram muito menos interativos. Essas características explicam porque os primeiros usuários da Internet foram uma minoria social privilegiada em termos econômicos e educacionais.

No início do milênio, o acesso passou a se dar cada vez mais por banda larga e a interface da rede se tornou mais amigável para que os usuários passassem a ser criadores de conteúdo. A chamada Web 2.0 tornou possível o sucesso das plataformas que conhecemos como redes sociais, como o antigo Orkut⁶ e o atual Facebook. Além dessas melhoras na rede, na qualidade e velocidade, no barateamento dos equipamentos, dois outros fatores articulados

6 O *orkut* foi uma rede social norte-americana lançada em 2004 e que teve muito sucesso na Índia e no Brasil, onde chegou a ter 30 milhões de usuários. Projetada por um engenheiro turco, Orkut Büyükkökten, usava o nome de seu criador e era mantida pelo Google, mas foi superada pelo Facebook e oficialmente extinta em 2014.

e indissociáveis permitiriam que a rede alcançasse a maior parte da população brasileira em 2014: o crescimento econômico baseado na inserção das classes populares no universo do consumo, o que disseminou a telefonia celular com acesso à rede entre os mais pobres.⁷

No Brasil, os telefones inteligentes (*smartphones*) foram os popularizadores das tecnologias comunicacionais em rede. Seu preço reduzido e interface simples e acessível a leigos no universo da computação ampliou o número de pessoas que usam – sobretudo – programas de trocas de mensagens instantâneas, redes sociais e *sites* de compartilhamento de fotos e vídeos. Para não mencionar os crescentemente populares aplicativos de busca de parceiros amorosos e sexuais.⁸

Comparável apenas ao impacto da Primeira Revolução Industrial, a que vemos atualmente marca também uma mudança no eixo histórico da produção e difusão tecnológica, já que seu centro passou da Europa para a Costa Oeste norte-americana e os países orientais.⁹ Ainda que as plataformas sejam predominantemente criadas na região do Vale do Silício, região metropolitana de San Francisco, e os equipamentos montados em países como China, Coreia e Taiwan seus usos são localizados.

Os conteúdos que circulam são marcados pela hegemonia da indústria do entretenimento sediada em Los Angeles, mas, além de ressignificados em diferentes contextos nacionais, se associam (ou competem) com os de outros centros produtores. O caráter globalizante das novas tecnologias não impede e até incentiva a criação e compartilhamento de culturas locais, fazendo com que a rede não seja homogênea, antes com variações regionais marcantes a ponto de alguns considerarem a existência de tantas redes (ou Internets) quanto culturas nacionais, regionais ou locais (cf. Martel, 2015).

Nessa breve história da emergência e disseminação das tecnologias comunicacionais em rede busquei ressaltar sua origem em tecnologias bélicas criadas por altos investimentos estatais durante a II Guerra Mundial e a Guerra Fria, a

7 Segundo dados da PNAD de 2014, pouco mais de 50% da população brasileira tinha acesso à rede e – em sua maioria – por meio do uso de telefones inteligentes cujo custo caiu consideravelmente nos últimos anos. Há clara desigualdade regional no acesso e Estados do Centro-Sul têm porcentagem muito maior da população conectada em relação à média nacional.

8 As tecnologias comunicacionais do presente transformaram-nos como seres desejantes, estenderam a nós novos horizontes aspiracionais marcados por expectativas e ideais muito diferentes dos que moldavam as vidas sexuais e amorosas construídas apenas ou predominantemente face a face. Já está disponível uma considerável bibliografia obre o impacto das novas tecnologias na busca amorosa, na qual destaco Illouz (2007), Beleli (2015), Pelúcio (2015), Miskolci (2013; 2014), Schaeffer (2013; 2015) e Zago (2013).

9 Lima e Oliveira (2016) discutem o trabalho digital trazendo elementos para compreender a inserção brasileira nessa nova área econômica.

entrada com maior protagonismo do setor privado e empreendedores a partir da década de 1970 e o início do uso delas pela sociedade há apenas pouco mais de duas décadas, mais exatamente a partir da privatização da Internet em 1995.

A partir dos fatos históricos, econômicos e culturais mencionados, temos elementos para, na seção seguinte, começar a refletir sobre o cenário em que nos inserimos atualmente como a criação de uma sociedade digital.

Sociedade Digital

Em meados da década de 1990, Nicholas Negroponte (1995) afirmou que vivíamos em um mundo com uma linguagem comum: a digital. Sua percepção foi visionária, pois seriam necessários mais alguns anos para que tal linguagem pudesse se disseminar não apenas pela modernização do aparato de produção e consumo, mas sobretudo pela expansão das telecomunicações permitida pela popularização dos telefones celulares. Nos termos de Castells, é essa expansão da telefonia que nos traz à era da conectividade perpétua, o que levou um grande número de pesquisadores a afirmar que vivemos em uma era digital (Athique, 2013; Baym, 2010). Quais seriam suas características?

Para começar, precisamos compreender melhor o que é digital. As mídias analógicas tinham uma base material como o disco de vinil, o filme da câmera fotográfica ou do antigo projetor de cinema, o papel dos jornais e revistas, enquanto nas digitais esse suporte físico perde espaço já que o conteúdo midiático é convertido em sequências numéricas, ou melhor, em dígitos, de onde deriva o termo digital (Martino, 2015: 10-11). Atualmente, por meio de diferentes equipamentos eletrônicos, conteúdos passam a ser acessados digitalmente,¹⁰ o que permite que sejam também armazenados e compartilhados, pois usuários de mídias digitais não são apenas consumidores-receptores isolados, mas também criadores e emissores que passaram a se conectar entre si.

Digital, nesse sentido, não é uma definição técnica e, sim, uma caracterização de nosso mundo como marcado pela conexão por meio de tecnologias comunicacionais contemporâneas que se definem cotidianamente como digitais e atualmente envolvem o suporte material de equipamentos (como *notebooks*, *tablets* e *smartphones*), diferentes tipos de rede de acesso (banda larga fixa ou

10 Computadores e equipamentos similares armazenam dados apenas sob a forma de números, os quais são mantidos no sistema de numeração posicional em que todas as quantidades se apresentam com base em dois números, zero e um (0 e 1): o sistema binário. Isso permite simplificar os cálculos pela lógica booleana (de George Boole, matemático inglês). Em computação, dígito binário é bit (abreviatura de *binary digit*) e o agrupamento de oito deles é chamado de byte (*binary term*).

celular), conteúdos compartilháveis (frequentemente gerados em outras mídias como jornais, revistas e televisão) e, por fim, mas não por menos, plataformas *online* (como Facebook, Twitter, YouTube).

Em termos sociológicos, o que define nossa era é a conexão em rede por meios tecnológicos de forma que digital se opõe ao analógico enfatizando o aprimoramento técnico enquanto a conexão em rede por meios comunicacionais baseados em plataformas enfatiza a maneira como se constroem relações sociais. Assim, ao referirmo-nos a mídias digitais tendemos a sintetizar ambas as transformações – tecnológica e social – ou melhor, um mesmo processo histórico – ainda em consolidação – de mudança sociotécnica de uma sociedade baseada predominantemente nas relações face a face para uma em que as relações mediadas pela conectividade ganham importância mesmo que não substituam as presenciais.

Na perspectiva de José Van Dijck (2016), é fundamental reconhecermos que desde a chamada Web 2.0 passamos da comunicação em rede para uma socialidade moldada por plataformas, assim como de uma cultura participativa para uma de conectividade, noção crítica que problematiza a redução das novas tecnologias a meras facilitadoras da comunicação, sublinhando o caráter automatizado da conexão online entre pessoas. Na conectividade, entre outros aspectos, a socialidade envolve o uso de botões que funcionam por algoritmos acionando opções de gosto, preferências e afetos. Em outros termos, desde a virada do milênio com a disseminação da banda larga e dos sites que buscaram tornar mais social a rede também passamos a entrar em uma era em que a socialidade passou a se tornar mais técnica.

O avanço da conectividade tem se passado em ritmos e intensidades diferentes de acordo com o país em que se vive, o nível socioeconômico de cada um, assim como sua faixa etária e nível educacional. O corte entre os com acesso e os desconectados não justifica ignorar que os dados apontam para crescimento exponencial dos inseridos nessa nova realidade em boa parte das sociedades, inclusive na brasileira.¹¹ A vasta produção acadêmica sobre as desigualdades no acesso expressa a preocupação com a inserção digital de toda a população, assim como políticas governamentais e iniciativas de órgãos internacionais. Portanto, ainda que não

11 Em *survey* com estudantes universitários brasileiros, Tom Dwyer (2015) constatou que todos afirmam estarem conectados e 61,7% deles apontam o uso da internet como sua principal atividade de lazer. Também há trabalhos socioantropológicos sobre o uso de *lan-houses* fora do Centro-Sul brasileiro como o de Silva e Gushiken (2010), na periferia de São Paulo (Borges, 2009), assim como sobre o uso das novas tecnologias por jovens de bairros periféricos de São Paulo (Pereira, 2010).

estejamos todos conectados, boa parte das pessoas assume que essa comunicação existe, informa, vincula, além do que tudo aponta para que em algum momento estejamos todos (ou quase todos) conectados, o que já permite refletir sobre essa realidade da sociedade conectada por meios comunicacionais em rede como inexorável.

O processo histórico que insere a maior parte da população em relações digitais mediadas tem mudado o que compreendemos como sociedade e, claro, relações sociais. A maioria das análises sobre o acesso ampliado à internet a partir da década de 1990 tendiam a compreender as relações em rede como se dando em uma esfera à parte, a qual – usando o vocábulo do escritor de ficção científica William Gibson (original de 1983, 2008 edição em português) – chamaram de ciberespaço (Lévy, 1999). Até mesmo as comunidades *online* eram descritas por sociólogos como Ray Oldenberg como versões contemporâneas das antigas praças, cafés e clubes. Instalou-se, assim, a oposição equivocada do real/virtual, a qual dissocia esferas ao invés de focar em seu caráter relacional e auto-influenciador.

Hoje temos experiência e conhecimento suficientes para afirmar que as relações mediadas não se dão em um universo à parte, o que os longevos conceitos de ciberespaço e virtual ainda impedem muitos de reconhecer. Relações mediadas se dão em um contínuo *on-offline*, no qual se inserem todos aqueles e aquelas que usam meios comunicacionais em rede em seu cotidiano. Nancy K. Baym assim define o que chama de “mito do ciberespaço”: “a comunicação mediada não é um espaço, é uma ferramenta adicional que as pessoas usam para se conectar, uma ferramenta que só pode ser entendida como profundamente embebida e influenciada pelas realidades diárias da vida corporificada (2010: 152).”

As relações sociais têm passado a se dar crescentemente de forma mediada pelo uso das tecnologias comunicacionais em rede e suas plataformas conectivas, o que não as transfere para outro espaço, tampouco as torna menos diretas, nos termos da socióloga Christine Hine (2009: 7); o que se passa é que nossas relações se dão em um novo contexto cultural que precisamos investigar e compreender em seus próprios termos. O antigo território definidor das comunidades passa a ser substituído pelos valores, códigos culturais, assim como características técnico-comunicacionais que criam e delimitam as redes nas quais nos inserimos. Assim, ainda que a maioria das pessoas se refira à Internet, *sites* e aplicativos como lugares é mais profícuo, em termos analíticos, compreendê-los reconhecendo sua existência mais autônoma em relação ao território e mais moldada pelo tecnológico-comunicacional.

Ao contrário das visões pessimistas que viam na disseminação da Internet uma redução das relações, já temos evidências para constatar que – ao contrário – elas se intensificam e se tornam mais constantes, pois as pessoas conectadas tendem a ampliar sua rede relacional e estão em constante interação com o trabalho, amigos, família e parceiros/as. A vida conectada tem ampliado, intensificado e modificado nossas relações sociais assim como induzido nossa progressiva auto-compreensão como verdadeiros sujeitos digitais. O acesso via celular criou a experiência de nos tornarmos seres conectados e em constante troca de conteúdos ao ponto de expressões cotidianas como “estou sem bateria” ou “estou com pouco sinal” comprovarem que equipamentos como os *smartphones* foram incorporados como parte de nosso ser e subjetividade. A convergência de tecnologias não uniu apenas a computação e o telefone, mas também a câmera fotográfica e de gravação de forma que – por meio de equipamentos como telefones inteligentes – passamos a poder registrar e compartilhar imagens de nosso cotidiano e de nós mesmos, ampliando a percepção sobre nossa inserção social.

Talvez o retrato de nossa época possa ser apontado na prática do selfie, o autorretrato feito pela câmera digital integrada ao smartphone para a exibição em redes sociais ou envio por programas de mensagens instantâneas. O selfie é o resultado da experiência de conectividade por meio de plataformas, o que induz seus usuários a apresentarem-se ao seu público segundo os padrões de beleza hegemônicos. A expectativa midiática incita ao uso de filtros, ferramentas ou aplicativos que “melhoram” a imagem, permitindo apresentar pele mais lisa, sem marcas de cansaço, dentes mais brancos¹². Também incita à adoção de diferentes técnicas corporais que vão das dietas, exercícios, consumo de roupas e cosméticos até as cirurgias estéticas. Dessa forma, o caráter técnico-midiático das plataformas induz a uma imersão em um contexto cultural no qual decisões e escolhas são tomadas a partir de valores disseminados midiaticamente.

As novas tecnologias incitam seus usuários a um trabalho constante com a própria imagem e as possibilidades de adquirir prestígio ou status não apenas online, mas também nas relações off-line em que aquelas pertencentes a grupos que não tinham como criar uma persona pública começam a ganhar visibilidade. Simone Ávila (2014) explorou como a expansão do acesso à Internet

12 No começo do milênio, o programa mais conhecido de correção fotográfica era o *Photoshop*. Atualmente, com as câmeras integradas nos celulares inteligentes, as possibilidades de uso de filtros e mecanismos de correção se ampliaram desde as disponibilizadas pelos próprios aplicativos de imagens instalados nos aparelhos até as mais sofisticadas disponíveis em aplicativos especializados.

permitiu a transexuais encontrarem fontes para se autocompreender. Algo similar se deu com pessoas intersex, as quais eram alijadas da organização política pelo preconceito off-line.

A conexão perpétua é indissociável da imersão em uma sociedade na qual desenvolvemos relações distintas das do passado, o que envolve não apenas compreender seus aspectos tecnológicos, mas também comunicacionais. Em termos sociológicos, o que nos interessa como cientistas sociais não é analisar equipamentos, sistemas operacionais ou plataformas, antes as relações sociais que elas permitem, moldam ou negociam. Constatação que pode auxiliar a não confundir o estudo de um tema com o de um site ou rede social online, pois as fronteiras de um campo investigativo não costumam ser delimitadas por uma única plataforma. Também é necessário reconhecer que elas permitem uma miríade de usos, inclusive articulados, assim como tais tecnologias comunicacionais globalmente disseminadas não contradizem contextos culturais localizados.

Nossa própria compreensão corporal e subjetiva alterada forma um sujeito afeito a relações em que a sociedade passa a ser compreendida como audiência e aquilo que já compreendemos como esfera pública é reconfigurada em termos que desafiam o vocabulário político, o que é perceptível na recente recusa da representatividade em nome de valores ascendentes como os de protagonismo. Não é mero acaso a popularidade da demanda de protagonismo na vida política contemporânea, pois um dos feitos das mídias digitais e suas plataformas de socialização foi justamente a de alçar pessoas comuns a uma experiência que, na era da comunicação de massa vertical, era restrita aos astros e estrelas da ficção televisiva e cinematográfica.¹³

De expectadores da mídia de massa, as mídias digitais alçam seus usuários a protagonistas de suas próprias vidas.¹⁴ Sob tal inflexão tecnomidiática gostaria de chamar a atenção para três aspectos: primeiro, que as redes sociais online podem incentivar o engajamento político, o que não equivale necessariamente à participação na esfera pública tampouco apoio a valores democráticos e de justiça social; segundo, a esfera online opera sem regulações e mediações de justiça, o que pode transformá-la em um verdadeiro vale-tudo no qual assistimos conflitos, cruzadas

13 Nas redes ativistas brasileiras *online*, foi rápida a adesão ao vocabulário midiático do protagonismo nos últimos anos, o qual se associa à demanda do “local de fala” em uma competição por visibilidade entre seus membros/as e destes/as em relação a acadêmicos. Empreendimentos investigativos poderiam reconstituir historicamente e analisar sociologicamente essa inserção do ativismo no enquadramento midiático, assim como a disputa por protagonismo/local de fala se relaciona com a experiência de sujeitos marcados pela ausência de reconhecimento coletivo.

14 Exploro em detalhe esta inflexão no último capítulo de meu livro *Desejos Digitais* (Miskolci, 2017/no prelo) e, de forma ainda parcial em meu artigo na coletânea organizada por Pelúcio et alli (2015).

morais e perseguições individuais e, por fim, em contextos como o brasileiro, talvez por nosso histórico de justiça lenta e desigual, a substituição da demanda de justiça pelos meios apropriados pela rede têm levado à reatualização, agora na era digital, da substituição da justiça pela vingança ou punição.

As plataformas *online* atraem justamente por eliminarem intermediários dando a falsa impressão de que a rapidez equivale à eficiência. *Online*, especialmente nas chamadas redes sociais, deparamo-nos com um contexto emocionalmente denso em que experiências pessoais ganham apoio automático. A automatização do apoio materializado em ferramentas de redes sociais – como a curtida (*like*) e o compartilhamento no Facebook – induzem e premiam a postagem capaz de chamar a atenção por meio do apelo imagético e a chamada sem que seu conteúdo seja efetivamente lido e sua veracidade avaliada. O apoio, portanto, se dá frequentemente rompendo princípios básicos de respeito de direito à defesa e ao contraditório.

Na sociedade digital, a vida política pode ser enriquecida pela ampliação das vozes e faces com maiores condições de repercussão pública, mas até o momento tendeu mais a reproduzir a concentração em algumas pessoas que agem como nódulos privilegiados dentro de redes de informação delimitadas por interesses ou perspectivas políticas comuns. Pierre Mercklé, em *Sociologie des réseaux sociaux* (2011), observa que a horizontalidade das redes não apaga as relações de poder e que – nesse contexto – tendem a ser pautadas no prestígio, na reputação e na qualidade e quantidade dos contatos de seus participantes.

Além disso, redes sociais pouco ou nada dialogam com redes antagônicas porque têm limites, mesmo que não sejam visíveis. Queila Souza e Carlos Quandt definem bem: “Uma rede social ou comunidade produz e conserva um limite cultural, não material, que impõe restrições ao comportamento de seus membros.” (2008: 28) Assim, redes de discussão política *online* que articulam plataformas distintas como Facebook, Twitter e Whatsapp na troca de informações e reflexões colhidas em provedores de conteúdo compartilhável – quer sejam *blogs* independentes ou da grande mídia – tendem mais a reforçar laços previamente existentes, ampliar a rede receptora, mas tem impacto baixo em redes rivais. Características cujo dinamismo abre uma agenda de pesquisa promissora.

No Brasil, o uso de plataformas como o Facebook tem gerado divergências e conflitos que dividem os usuários em redes mais ou menos coesas segundo valores partilhados e interesses políticos comuns. O caráter horizontal da conectividade por redes sociais que alguns tendem a chamar irrefletidamente de democratizante pode, ao contrário, ser o responsável por comportamentos autoritários e agressivos. Na plataforma, os sujeitos sentem-se mais seguros para

expressar opiniões divergentes e conflitivas, além de contar com o apoio de outros usuários que – em situação similar face a face – talvez não se expusessem tampouco adeririam a reações coletivas. Sobretudo, tais experiências que marcaram a socialidade *online* em anos recentes têm provado que suas consequências se estendem ao *off-line*.

Desde ao menos as chamadas Jornadas de Junho de 2013,¹⁵ que a vida política nacional foi obrigada a reconhecer a relação intrínseca entre as redes sociais e as ruas, portanto como as relações *online* têm o poder de pautar as *off-line*. As Jornadas de Junho de 2013 – organizadas pelas novas tecnologias comunicacionais em rede – tiveram como estopim o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo, portanto em uma demanda de mobilidade urbana que remonta, ao menos, desde a Revolta do Vintém (1879-1880). A despeito da palavra de ordem “vem para a rua, vem”, pouco se refletiu como o uso de mídias digitais amplia a demanda por mobilidade, já que seu uso envolve a reconfiguração do perímetro urbano no que Scott McQuire (2008) denomina de cidades-mídia. Tampouco se explorou suficientemente, em suas origens digitais, como as ações diretas nas ruas se associaram ao *slogan* “não me representa” em uma demanda que pode ser interpretada como a de uma política mais direta e participativa, mas também como uma forma emergente de compreensão da relação entre subjetividade e política.¹⁶

Dentre as razões para essa insuficiente reflexão de como a sociedade digital se articula às transformações políticas brasileiras recentes destaco, por ofício e pelo foco deste artigo, na necessidade de repensar nossa tradição teórico-conceitual sociológica e, em especial, sua articulação com as teorias sobre a subjetividade. Na passagem do século XIX para o XX, a sociologia se consolidou a partir de teorias desenvolvidas em meio à industrialização e urbanização enfatizando fenômenos econômicos e políticos como as tensões envolvendo Estado, mercado e o movimento trabalhador. As ciências psi, por sua vez, detiveram-se nas experiências íntimas desses processos que levaram à consolidação de um modelo de família que – hoje sabemos – engendrava regulações de gênero, sexualidade e, inclusive, de relações étnico-raciais. As ênfases distintas dos saberes apoiavam-se na aparente divisão entre público e privado, gerando teorias sobre estrutura-ação e subjetividade que pouco se influenciavam.

15 Para uma análise das Jornadas de Junho de 2013 consulte Barreira (2014).

16 As discussões sobre democracia na era digital são das mais profícuas, dentre elas destaco as de Athique (2013) e Martino (2015), ambos com referências à obra de Papacharissi (2010). Sobre as relações entre subjetividade e política recomendo Pait e Laet (In: Pelúcio et alli, 2015) assim como a bibliografia feminista e queer sob o tema, como a já citada Ávila (2014) e Natansohn (In: Pelúcio et alli, 2015).

A urbanização marcou a sociedade industrial e o sistema capitalista, assim como a cidade delimitou o paradigma da vida psíquica para as ciências psi e a ação social na sociologia. A democracia e a esfera pública são produto dessa realidade histórica, a qual passa a ser transformada pela ascensão da mídia de massas no século XX e, agora percebemos, fortemente abalada pelo advento das tecnologias comunicacionais em rede e das plataformas de conectividade desde a virada do milênio. Segundo Nicolaci-da-Costa: “algumas tecnologias também podem alterar radicalmente nossos modos de ser (como pensamos, como percebemos e organizamos o mundo externo e interno, como nos relacionamos com os outros e com nós mesmos, como sentimos etc).” (2002: 193)

Sigmund Freud, ao analisar a experiência psíquica nas famílias urbanas do início do século XX, reconheceu a ascensão do indivíduo ligada à diminuição das proibições externas e o surgimento do superego. Georg Simmel, ao debruçar-se sobre a vida na metrópole, compreendeu a reconfiguração da vida psíquica indissociável de novas relações sociais. Sociologia e psicanálise, portanto, buscaram analisar o mesmo fenômeno histórico e cultural contribuindo para a criação de um vocabulário teórico e conceitual que até recentemente permitia-nos compreender nosso mundo. Na esteira dessa história, na seção seguinte argumentarei que encaramos agora o desafio de rearticular teorias e conceitos e, desta vez, sem separar o social do psíquico tampouco da cultura.

Sociologia Digital

A sociologia digital ainda é um projeto. Ela não é uma área consolidada de investigações dentro da disciplina tampouco sabemos ainda se virá a ser apenas isso. Suas descobertas e emergente vocabulário teórico-conceitual podem apontar – num futuro de universalização da conectividade – para contribuições transversais em todas as áreas que formam a disciplina. Afinal, o enquadramento digital de nossa era tende a abarcar os outros recortes ou priorizações que regem diferentes perspectivas sobre o social em nossos dias, como o de sociedade de risco ou da vigilância.

Mencionada ao menos desde 2009 em um artigo de fundo metodológico do sociólogo norte-americano Jonathan Wynn, posteriormente na coletânea *Digital Sociology: critical perspectives* (2013) organizada por Orton-Johnson e Prior, apontada como um caminho a seguir por Adrian Athique no epílogo de seu *Digital Media and Society: an introduction* (2013), apenas em 2015 ganhou uma obra completamente devotada a seu projeto: *Digital Sociology* da pesquisadora australiana Deborah Lupton. Dentre os pontos explorados por Lupton (2015), destaque sua ênfase na prática profissional digitalizada, a qual envolve os efeitos

da participação política e da divulgação das pesquisas pelos meios digitais no desenvolvimento de uma sociologia pública e o que denomina de sociologia digital crítica, a qual envolveria o desenvolvimento teórico-conceitual para analisar nossa realidade contemporânea.

Na parca bibliografia internacional produzida sobre sociologia digital é perceptível uma vertente que enfatiza aspectos computacionais e uma reflexão ainda pouco desenvolvida sobre os comunicacionais. Compreendida nestes termos, abarcaria apenas os que demandam uma atualização da sociologia às novas fontes de dados e ferramentas de análise em uma ênfase mais metodológica e computacional das transformações recentes. Trata-se de uma concepção parcial e insuficiente dos impactos que as tecnologias da informação causaram nas relações sociais, mais focado em reformar a metodologia com ênfase na vertente quantitativa ou eletrônica de análise de dados por meio do emprego de *softwares*. Athique sublinha que a pesquisa quantitativa já passou por décadas de adaptação à nova realidade computacional, “o problema, então, não é tanto o de alcançar a mudança tecnológica, antes o de evitar qualquer confusão entre dados digitais e o mundo que os produz.” (2013: 262)

As mudanças trazidas pelo avanço das relações mediadas podem ser um incentivo a mais à incorporação dos CAQDAS (*Computer Assisted Qualitative Data Analysis*), meios computacionais para analisar documentos digitais no formato de texto, imagem, vídeo ou áudio (cf. Nascimento, 2016) assim como podem reforçar as vertentes de pesquisa qualitativa. Como sociólogos/as, direcionamos nosso interesse às relações sociais, o que nos leva não a estudar computadores, *softwares* ou plataformas eletrônicas de comunicação, antes a pesquisar como os sujeitos usam a tecnologia em sua vida cotidiana. Dessa maneira, com o objetivo de compreender o sentido que rege os usos das tecnologias comunicacionais em rede o aspecto qualitativo é reforçado dentro da própria vertente quantitativa, devido à necessidade de formas inovadoras de criação de variáveis de pesquisa assim como na análise dos dados.

Abordagens qualitativas envolvendo a etnografia, a análise de conteúdo, visual e de discurso tornam-se fundamentais quando se reconhece que as mídias atuais não superam as anteriores, antes as rearticulam em um processo de convergência que pode até ser compreendido como aprofundamento da exposição social às mídias de massas. O advento da comunicação de massa por meio da popularização do rádio e do cinema na primeira metade do século XX foi intensificado pela disseminação da televisão após a década de 1950. Contexto em que a aparente divisão do trabalho intelectual entre sociologia e psicanálise passa a ser borrada por vertentes como a da Escola de Frankfurt. A teoria crítica

explorou a subjetividade em suas relações com a política e a economia, por exemplo, nas reflexões sobre a indústria cultural e a formação do totalitarismo.

Na linha da teoria crítica, atualmente se destaca Eva Illouz. Especialista nos estudos sobre como a mídia molda comportamentos desde a invenção do cinema e da propaganda modernos na primeira metade do século XX (Illouz, 1997), a socióloga marroquina desenvolveu reflexões inovadoras sobre o fenômeno das mídias digitais em uma de suas Conferências Adorno, publicadas em *Intimidades Congeladas* (2007). Sua maior contribuição para uma sociologia digital pode repousar na forma como articula a sociologia aos estudos midiáticos com uma compreensão da cultura mais afeita à realidade contemporânea, na qual “ela é um determinante poderoso para a ação.” Ainda segundo Illouz (em entrevista neste dossiê, 2016):

O que penso é que muita da cultura contemporânea, especialmente cultura de aconselhamento, tem um efeito pragmático. Ela nos faz fazer coisas. Ela diz algo – e não apenas faz com que nos percebamos como entidades carentes de autotransformação – mas nos faz agir. Ela tem essa capacidade de nos fazer agir em direção à autotransformação, o ato de refletir sobre nós mesmos, o ato de mudar nossas emoções. Assim, penso que a maior parte da cultura contemporânea é performativa, ela nos leva a fazer coisas.

A despeito da importância da vertente crítica, é importante ponderar que ela tende – quer na Escola de Frankfurt ou em herdeiros atuais – a enfatizar a dominação dos meios comunicacionais sem dar a devida atenção às ambiguidades da recepção, os deslocamentos de sentido e os efeitos inesperados da disseminação da conectividade. Há espaço para a divergência, dissidência e transformação na realidade aberta pelas novas tecnologias, assim a cultura pode ser compreendida também como espaço de disputa político-social, como na vertente dos Estudos Culturais britânicos.

Em contraste com a Escola de Frankfurt, formada por intelectuais oriundos de um país em que a sociedade civil aderiu ao totalitarismo, os Estudos Culturais britânicos, formados a partir do final da década de 1950, desenvolveram-se atentos às demandas de emancipação da sociedade civil na década seguinte. Em outras palavras, devido a outro contexto histórico-social, lograram desenvolver uma abordagem diversa da sociedade da mídia. A compreensão sociológica da cultura como esfera histórica de disputa política permite superar a divisão artificial entre o social e o subjetivo abrindo condições para explorar fenômenos

contemporâneos envolvidos na consolidação de uma sociedade digital, ou seja, na qual as relações sociais são crescentemente mediadas.

Pesquisas e obras recentes de estudiosos interdisciplinares sobre a era digital podem ser reconhecidas como importantes contribuições para uma sociologia digital. Sem a pretensão de fazer um histórico completo dessas obras, antes de enumerar algumas que se destacam pela originalidade, a solidez de investigação ou a capacidade de síntese sublinho livros como *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo* (2008) de Paula Sibilia, *The Media City: media, architecture and urban space* (2008) de Scott McQuire, *Personal Connections in the Digital Age* (2010) de Nancy K. Baym, *Alone Together* (2011) de Sherry Turkle, o excelente *Digital Media and Society – An Introduction* (2013) de Adrian Athique assim como coletâneas lançadas em livros ou em revistas no Brasil como as de Beleli e Miskolci (2015) e a de Pelúcio et alli (2015).

Dentre as contribuições que obras como as citadas acima trazem para um campo de pesquisas e reflexões teórico-conceituais envolvendo o que podemos chamar de sociologia digital destaco a forma como mostram a reconfiguração entre público e privado, o que se expressa de variadas formas: desde a publicação cotidiana de si explorada por Sibilia, a forma como o espaço e o tempo são flexibilizados nas reflexões de McQuire, as novas formas relacionais mediadas analisadas por Baym, os paradoxos da conexão solitária na perspectiva de Turkle e a sólida síntese de nossa era digital feita por Athique, o qual encerra seu livro com um capítulo intitulado *Towards a Digital Sociology* (Em direção a uma sociologia digital). As coletâneas brasileiras, por sua vez, dialogam com todas essas fontes em estudos empíricos originais sobre o papel que as mídias desempenham no cotidiano nacional em segmentos os mais diversos.

Uma perspectiva aberta à interdisciplinaridade permitiria à sociologia digital reencontrar a atualidade da tese do sociólogo David Riesman sobre as transformações subjetivo-estruturais causadas pela exposição à mídia. Em seu clássico livro *The lonely crowd* (1950), Riesman afirmava que – nos Estados Unidos da América – as pessoas passaram a construir um *self* voltado para a aprovação alheia, uma autocompreensão dinâmica vinculada aos novos laços sociais e expectativas em uma sociedade urbana moldada pela mídia de massas. Desde então, isso não apenas se expandiu mundialmente, mas se aprofundou com a emergência das mídias digitais, nas quais os sujeitos estão continuamente expostos às comunicações de massa.

A passagem da tela grande do cinema para a pequena da televisão até chegar às menores nos *smartphones* marca não apenas a passagem do entretenimento público para o doméstico até o individual, mas – sobretudo – um aumento

crescente no nível de exposição às mensagens midiáticas da eventual visita ao cinema passando pela audiência diária à TV até chegarmos às atualizações constantes nos celulares conectados em rede. Ao contrário do que inicialmente se pensou, a era digital não representou a superação da comunicação de massas, já que ela ainda é a grande provedora dos conteúdos acessados nos dispositivos.

O fato acima permite reconhecer continuidades entre o passado analógico e o presente digital, as quais evocam os temores históricos de uma sociedade dominada por meio do controle e da manipulação da informação. A passagem das mídias verticais do *broadcasting* para as horizontais em rede não levou à supressão do poder das grandes empresas de comunicação, podendo – muitas vezes e de acordo com o contexto – resultar em sua ampliação. Portanto, reflexões sociológicas envolvendo a indústria cultural e vertentes similares podem encontrar um campo expandido de pesquisa e análise.

De qualquer forma, o caráter distópico das vertentes que podem ser enquadradas no determinismo tecnológico, como a dos frankfurtianos, precisa ser contrabalanceado pelas teorias que delineiam o que alguns chamam de moldagem social da tecnologia (*social shaping of technology* em inglês, muitas vezes abreviado como SST na literatura especializada). Raymond Williams foi um dos sociólogos que mais contribuíram para superar o determinismo tecnológico, desde seu livro *Communications* (1962) até *Television: technology and cultural form* (1974), no qual colocou em xeque a noção de “efeito midiático” que via no conteúdo midiático a capacidade de reprogramar o comportamento de seu público. Segundo ele, o determinismo tecnológico é marcado por “uma visão fortemente poderosa e largamente ortodoxa sobre a natureza da transformação social” (1974: 13).

Uma sociologia digital pode problematizar tanto as expectativas utópicas de respostas técnicas para dilemas culturais e políticos assim como as profecias distópicas sobre o caráter potencialmente destrutivo da tecnologia para as relações sociais. Pode, portanto, partir da constatação do caráter social, criativo e aberto dos usos da tecnologia, os quais variam socialmente e só podem ser aferidos por meio das práticas cotidianas. Em outras palavras, as tecnologias midiáticas se inserem em um contexto maior que tanto as origina quanto as transforma moldando sujeitos que, por sua vez, as modificam.

No que envolve as relações de poder, na era digital as relações crescentemente mediadas não são apenas inseridas em aparatos de dominação e controle, mas também encontram ferramentas para a resistência. Quer o pessimismo das perspectivas focadas nos macro-dispositivos do poder quer o otimismo do foco apenas no potencial de organização a partir dos grupos historicamente

subalternizados não dão conta de um contexto mais complexo, incerto e, muitas vezes, paradoxal. A convergência de tecnologias e mídias tem inserido ruído nas pautas políticas, por exemplo, na forma como demandas de reconhecimento de diferenças de gênero, sexualidade e étnico-raciais circulam pelas plataformas online materializando a asserção feminista de que o pessoal é político.

As relações entre tradição e modernidade, vida adulta e juventude assim como até entre rural e urbano passam a ser reconfiguradas em negociações que apenas investigações localizadas podem auxiliar-nos a compreender.¹⁷ Miriam Adelman et alli (2015) mostram que o uso de mídias conectivas geram uma imersão que pode ser interpretada sociologicamente como uma intensificação da convocação que a modernidade faz - inicialmente, como permissão, e posteriormente, quase obrigação - aos sujeitos de elaborarem uma “narrativa do eu”, que pode tomar os formatos mais diversos, desde as mais “pós-modernas” até releituras de noções de “tradições culturais”. Estas últimas também encontram nas plataformas online novos canais de produção e circulação de discursos, contribuindo, por exemplo, para uma maior fluidez ou trânsito entre culturas rurais e urbanas (Adelman et alli, 2015) ou exacerbando a tendência de trocas entre culturas “tradicionais”, diaspóricas e globalizadas já apontada por Appadurai (1998) no final dos anos noventa.

Neste curto artigo, busquei fornecer um balanço parcial das mudanças e permanências envolvidas na emergência de uma sociedade digital assim como em seu estudo e análise por pesquisas que podem estar configurando o que alguns chamam de sociologia digital. A sociedade contemporânea não é simplesmente a antiga acrescida de tecnologias tampouco um monstro tecnificado, antes um *work in progress* na era de consolidação das novas tecnologias comunicacionais. Produto de uma era digital, boa parte das relações sociais do presente se constroem por meio de plataformas no contínuo on-offline. Relações que têm modificado os sujeitos, nossa sociedade e também a sociologia.

Referências

ADELMAN, Miriam et alli. Ruralidades atravessadas: jovens do meio campeiro e narrativas sobre o Eu e O(s) Outro(s) nas redes sociais *cadernos pagu* Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n.44, 2015, pp.141-170.

17 Nessa temática destaco a citada pesquisa de Adelman et alli (2015) desenvolvida por meio da observação do uso que jovens da cultura equestre na região Sul do Brasil fazem de uma rede social e a de Mary L. Gray (2009) sobre o papel da Internet na autocompreensão de jovens como homossexuais em uma região predominantemente rural dos Estados Unidos.

- ATHIQUE, Adrian. *Digital Media and Society: an Introduction*. Cambridge, Polity Press, 2013.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2014.
- BARREIRA, Irllys. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v.4, n.1, 2014, pp.145-164.
- BAYM, Nancy K. *Personal Connections in the Digital Age*. Cambridge, Polity Press, 2010.
- BELELI, Iara. Amores Online In: Pelúcio, Larissa; de Souza, Luís Antônio Francisco; Magalhães, Bóris Ribeiro de; Sabatine, Thiago Teixeira (Orgs). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília, Cultura Acadêmica, 2012. pp.56-73
- . O Império das Imagens: construção de afinidades nas mídias digitais *cadernos pagu* Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n.44, 2015, pp.91-114.
- BORGES, Fabio Mariano. Sociabilidade nas *lan houses* das periferias In: *Ponto e Vírgula* São Paulo, PUC, 2009, pp.218-234.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede V.1: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- DWYER, Tom. *Lifestyles, Media Use, Horizons, and International Student Mobility: a survey of Chinese and Brazilian students* In: *Sociologies in Dialogue* Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 1, n.1, 2015, pp. 32-48.
- GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo, Aleph, 2008 [1983].
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional In: Giddens, Anthony; Lash, Scott e Beck, Ulrich. *Modernidade Reflexiva*. São Paulo, Editora Unesp, 2012.
- GRAY, Mary L. *Out in the Country: youth, media, and queer visibility in rural America*. New York/London, New York University Press, 2009.
- HINE, Christine. How can qualitative internet researchers define the boundaries of their projects? In: Markham, Annette N. e Baym, Nancy K. *Internet Inquire: conversations about method*. Los Angeles/London, Sage, 2009, pp.1-20.
- ILLOUZ, Eva. *Intimidades Congeladas: las emociones en el capitalismo*. Buenos Aires, Katz, 2007.

- _____. No coração pulsante da cultura – Entrevista com Eva Illouz . *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFSCar, v. 6, n. 2, 2016, pp. .
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- LIMA, Jacob C. e Oliveira, Daniela R. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional In: *Sociedade e Estado*. Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UnB, 2016. (no prelo)
- LUPTON, Deborah. *Digital Sociology*. New York/London, Routledge, 2015.
- MARTEL, Frederic. *Smart: o que você não sabe sobre a Internet* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis, Vozes, 2015.
- MCQUIRE, Scott. *The media city: media, architecture and urban space*. London, Sage, 2008.
- MERCLÉ, Pierre. *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris, La Découverte, 2011.
- MISKOLCI, Richard. *Desejos Digitais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2017 (no prelo).
- _____. Networks of Desire: the specter of AIDS and the use of digital media in the quest for secret same-sex relations in São Paulo. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology* Brasília, v.10, n.1, 2013, pp. 40-70.
- _____. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais *Cronos*. Natal, UFRN, v.12, n. 2, 2011, pp. 9-22.
- _____. San Francisco e a Nova Economia do Desejo. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, CEDEC, 91, 2014 , pp.269-295.
- PELÚCIO, Larissa. Narrativas Infiéis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. *cadernos pagu* Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n.44, 2015, pp.31-60.
- PELÚCIO, Larissa; Pait, Heloísa; Sabatine, Thiago. *No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia – desafios teóricos e metodológicos do presente*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2015.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. “A maior zoeira”: experiências juvenis na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: PPGAS-USP, 2010.
- ORTON-JOHNSON, Kate e PRIOR, Nick. *Digital Sociology: critical perspectives*. London, Palgrave MacMillan, 2013.
- PAPACHARISSI, Zizi. *A Private Sphere: democracy in the digital age*. Cambridge/ Malden, Polity Press, 2010.
- RIESMAN, David. *The Lonely Crowd: a study of changing American character*. New Haven/London: Yale University Press, 1967 [1950].

- SCHAEFFER, Felicity Amaya. Governando corpos e identidades virtuais: indústrias de cibercasamento entre os Estados Unidos e a América Latina In: *cadernos pagu* (44) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2015, pp.115-140.
- _____. *Love and Empire – Cybermarriage and Citizenship across the Americas* New York/London: New York University Press, 2013.
- SIBILIA, Paula. O show do Eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, Lawrenberg A. e Gushiken, Yuji. *Lan House*: novos mapas de acesso digital na cidade de Cuiabá. In: *Conexão*. Caxias do Sul: UCS, v.9 , n.18, 2010. Pp. 75-88.
- SOUZA, Queila e Quandt, Carlos. Metodologia de Análise de Redes Sociais In: Duarte, Fábio; Quandt, Carlos e Souza, Queila. *O tempo das redes* São Paulo, Perspectiva, 2008.
- TURKLE, Sherry. *Alone Together: why we expect more from technology and less from each other*. New York, Basic Books, 2011.
- TYLDON, Morten. *The Imitation Game*. Filme. EUA/Reino Unido, Black Bear Pictures, 2014. Cor, 114 min.
- VAN DIJCK, José. *La Cultura de la Conectividad: una história crítica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.
- WILLIAMS, Raymond. *Communications*. Baltimore: Penguin, 1962.
- _____. *Television: technology and cultural form*. London, Collins, 1974.
- ZAGO, Luiz Felipe. *Os Meninos – Corpo, gênero e sexualidade através de um site de relacionamentos*. Tese de Doutorado, Educação, UFRGS, 2013.

Recebido em 27/05/2016

Aprovado em 14/06/2016

Como citar este artigo:

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 275-297.